

OS LIMITES DO CRESCIMENTO

- ASPETOS ÉTICOS (**)

Paul Erbrich S. J.
Feldkirch — Alemanha

The limits of growth

The raw materials of the earth, the limits of the biosphere, the total surface and the producing forces are limited. As a consequence the continuous and progressive growth, sooner or later will reach an end. Moreover, because of the internal dynamics the system of the world goes beyond its own boundaries, runs into a highly unstable state, and because of this fact, will come to a failure that nobody can control.

The article analyses certain measures to be taken in order to dominate this crisis. Neither the technical nor the political measures, even though absolutely necessary, will solve this problem.

We will have to accept and live according to a new concept of man, a new concept of self-achievement, of the meaning of our existence and of the human activity in this world.

Finally the article brings forth a specific christian contribution to the terrible crisis of growth.

Há dois anos, apareceu o livro de bolso, agora célebre, "Os limites do crescimento". Trata-se de uma exposição popular de uma análise da base material da nossa civilização. Foi composta por ordem do 'Club of Rome' do Massachusetts Institute of Technology (MIT) no ano de 1971 pelo trabalho de quinze pessoas durante quase um ano. Faz pouco, apareceu também a apresentação científica, o assim chamado Technical

Report, sob o título "The Dynamics of Growth in a finite World".

Como um todo, a análise encontrou muita oposição e em parte violenta, principalmente da parte de políticos, de especialistas da economia e de intelectuais marxistas.

Dois pontos são criticados de modo particularmente incisivo:

1. A exigência de uma economia de qualquer modo estacionária que não continue a crescer.

2. A escassez dos meios propostos para alcançar esse fim, a sa-

(XX) O presente artigo é tradução do original alemão, enviado pelo autor à Redação da Revista.

ber: apelos vagos de natureza moral a favor de uma ordem nova dos motivos, valores e preferências das nossas ações.

A argumentação dos adversários basicamente vem a ser a seguinte:

O resultado principal da análise do MIT é a exigência de um crescimento econômico zero. Ora, crescimento zero na economia é simplesmente impossível. Logo, o argumento principal é impossível.

Como diriam os lógicos, esta conclusão tem quatro pés e por isso não é correta. O sentido da palavra impossível não é o mesmo nos dois casos. Na premissa "impossível" significa inaceitável". E de fato, se fazemos parar o crescimento econômico, se cada ano não se investe mais do que se gasta, se cada ano não se produz mais e mais quanto a bens e trabalhos, imediatamente temos o desemprego com todos os problemas sociais que seguem dele. A diminuição do desemprego numa economia estacionária só parece possível por meio da diminuição da produção e com isso das entradas de cada pessoa. Mas um político que propusesse tal coisa estaria praticando haraquiri no mesmo instante. Um empresário que tentasse tal coisa em breve veria a sua empresa arruinada pelo afastamento dos operários, por greves e recesso dos negócios. Outra consequência seria a fixação da distribuição atual da riqueza do mundo, logo da distância entre os países ricos e pobres. Tudo isso é completamente inaceitável.

Na conclusão, entretanto, "impossível" não significa "inaceitável", mas "vicioso" no sentido lógico, porque certas suposições da

análise são falsas ou porque são tiradas conclusões falsas de pressuposições em si verdadeiras. Essas deficiências são reais e faremos uma tentativa de corrigi-las. Temo que o resultado das análises dessa segunda geração não sairá essencialmente diverso do resultado da análise presente. Contudo, de outro lado os críticos não se podem subtrair inteiramente ao argumento principal da análise do MIT, a saber: as matérias-primas da crosta terrestre, o limite da onerabilidade da biosfera, a superfície total e a força produtiva dos solos são limitados, porque a terra é uma esfera de raio finito e com isso de superfície finita. Conseqüentemente, mais cedo ou mais tarde o crescimento chegará a um limite. Mais ainda: por causa da dinâmica interna, se o sistema do mundo ultrapassa os seus limites, entra num estado altamente instável e, como consequência disso, chega ao colapso incontrolável. Mas os críticos pensam que dispõem de providências (e tempo) suficientes para impedirem a colisão com o limite, providências que são mais eficientes do que dirigir aos contemporâneos apelos de natureza moral/patéticos, vagos, impossíveis de serem impostos e por isso, em última análise, inoperantes.

Que providências são essas? Bastam realmente? São suficientes sem apelos morais?

A. AS PROVIDÊNCIAS DOS "REALISTAS"

As providências das quais se espera poderem dominar a crise ameaçadora, sem que se façam prescrições morais aos particulares,

são de natureza técnica e política. São preferidas pelos "realistas", i. é, por aqueles que não têm em grande conta a esperança de se poder mudar o homem moralmente.

1. Providências técnicas

Corresponde às tradições do tempo moderno, antes de mais nada enfrentar, com medidas técnicas, qualquer problema que surge. Isso supõe a fé de que é possível realizar tudo. Essa fé busca a sua justificação nos resultados da ciência natural. Esses parecem confirmar até agora que tudo pode ser analisado. O que pode ser analisado em princípio também pode ser sinterizado. Pode ser feito e, por isso, manipulado. Com razão, a análise do MIT define providências técnicas como aquelas que resultam da mera aplicação de resultados da ciência natural, coisa que exige poucas ou nenhuma mudança dos valores humanos ou das idéias morais (1). Logo, o homem pode continuar sendo o que já sempre foi. E é isso o que se sente como a grande vantagem de medidas técnicas: é possível subtrair-se aos apelos morais. Ora, a análise do MIT examinou com vários recursos a computadores o efeito de amplas providências técnicas.

Fizeram-se as seguintes admissões: a assim chamada duração da vida das reservas de matérias-primas é aumentada de 250 até 500 anos por progressos técnicos que permitem explorar economicamente depósitos submarginais. Quantidades ilimitadas de energia barata fariam possível até a exploração

de rochas cristalinas. As reservas aumentadas assim são multiplicadas mais uma vez por amplo recycling, i. é, aproveitamento de material velho. O quociente de material velho em cada unidade nova de bens chegaria a 75%. O índice de perdas na produção de cada unidade nova de bens seria diminuído por 75% em relação ao nível de 1970. Em todo o mundo a produtividade do solo cultivado seria elevada ao triplo, duplicando-se ao mesmo tempo a superfície cultivada. Finalmente se introduzirá um controle perfeito da natalidade, com o efeito de só nascerem filhos desejados.

Todo esse conjunto de medidas é pronunciadamente otimístico, pois a energia nunca mais será barata. Um consumo específico de matérias-primas de 25% só é possível em países altamente industrializados com reservas enormes de metais e outras matérias-primas que já estão na circulação econômica. Nem a técnica mais refinada de revalorização é capaz de substituir a falta de reservas de material velho. As suposições quanto à proteção do ambiente falam como se apenas houvesse poluição por ocasião da produção e não também com o uso e consumo. E o aumento da produção agrícola parece não saber nada da aguda escassez futura da água, condicionada pelo fato de que em 100 anos muitas e em 200 anos a maioria das represas do mundo estarão aterradas por sedimentos.

Apesar dessas suposições amplas e otimísticas, o colapso, embora retardado por uma geração em comparação ao assim chamado tempo padrão, virá quando a po-

(1) MEADOWS: Die Grenzen des Wachstums. dva Stuttgart, 1972, p. 136.

pulação mundial atingir os 7 bilhões.

Os motivos disso são múltiplos: Medidas técnicas não seriam técnicas, se da sua parte não consumissem energia suplementar e matérias-primas, nem causassem poluição. O efeito primário de providências técnicas as mais das vezes consiste no **enfraquecimento da repercussão reversiva negativa** (negative Rückkoppelung), logo daquela que diminui o crescimento. Tais medidas deixam intatas as repercussões retroativas positivas, que favorecem o crescimento. Assim, o crescimento em conjunto pode continuar.

Exemplos de tais medidas técnicas são:

- Diminuição da escassez ameaçadora de matérias-primas por meio do aumento das reservas por recycling,
- Eliminação de substâncias poluentes já produzidas,
- Impedimento da erosão do solo,
- Diminuição do quociente de mortes, etc.

Por isso medidas técnicas dessa natureza apenas deslocam os limites físicos sem os eliminar.

Pouco se pensou no **enfraquecimento** dos ciclos de repercussão reversível **positiva**, pois isso significaria uma limitação do crescimento econômico. Por exemplo:

- Redução da destruição do am-
térias-primas pela elevação da dura-
ção da vida dos bens industriais,
- redução da destruição do am-
biente, produzindo menos e por
isso também consumindo menos.
Ambas as coisas teriam como con-
seqüência uma redução do volume
da produção.

— Diminuição da necessidade do aproveitamento sempre mais intensivo do solo, consumindo nós mesmos a maior quantidade possível da produção vegetal, em vez de a transformarmos em proteínas e graxos por meio de estômagos de animais com um fator de conversão de apenas 0,14 (1:7).

Igualmente pouco se pensou num **reforço** dos ciclos **negativos** de repercussão. Por exemplo:

— Omissão de qualquer proteção do ambiente, acelerando a degradação da biosfera e com isso a crise.

— Elevação do índice de mortalidade pela diminuição da duração média da vida, relaxando o serviço sanitário.

É verdade que há algumas exceções quanto a isso:

- a prática do aborto,
- a proposta de omitir qualquer medida para diminuir a mortalidade infantil até que caia a cifra de nascimentos,
- ou a proposta de Crick, agraciado com o Prêmio Nobel, de fazer adormecer para sempre todos os homens que alcançarem 80 anos de vida.

Mas há um caso em que unanimemente se exige a diminuição de um ciclo positivo de repercussão: a saber a diminuição da cifra de nascimentos de tal modo que na média cada família só tenha dois filhos. Isso se considera como realizável, para aos poucos tornar estável a população mundial.

Os países industriais do oeste e do leste alcançaram aproximadamente essa meta, embora não pela compreensão da obrigação moral de estabilizar o mais rapidamente a população da terra e principalmen-

te dos grandes consumidores de matérias-primas e energia, mas mais (bem que não exclusivamente) pelo fato de que os filhos são vistos como fatores de despesa, desgaste nervoso e impedimento do desenvolvimento próprio. Se tivesse sido eficaz a razão moral, não se teria podido tolerar a migração de povos dos trabalhadores estrangeiros só para que continuassem a crescer a produção, os lucros e o consumo. A atenção humana aos trabalhadores estrangeiros não é grande coisa se observarmos as condições nas quais eles também hoje ainda não poucas vezes devem vegetar. Se a razão moral chega a influir é assunto que se tornará visível a mais tardar, quando, p. ex., num abandono de valores meramente materiais e de prestígio e de uma volta para valores inter-humanos, espirituais e morais, a criança se tornar novamente uma fonte de alegria incomparável e da realização interna, aceitando-se, por isso, de boa vontade uma diminuição do padrão pessoal de vida. Então as pessoas estarão dispostas a renunciar a filhos, a contentar-se com os 2,1 filhos permitidos estatisticamente?

Há ainda outra razão para a insuficiência de medidas meramente técnicas; são os fatores de retardamento. Nem sempre podem ser influenciados tecnicamente:

— O homem precisa os seus 20 anos, para se poder reproduzir.

— As substâncias poluentes precisam de seu tempo para se espalharem por todo o mundo, penetrarem na cadeia alimentar e finalmente produzirem no homem os primeiros sintomas de enfermidade.

— Desenvolvimentos técnicos não podem ser forçados à vontade, enviando-se a metade da nação para as universidades.

— E o capital empregado produtivamente não pode ser deslocado a curto prazo.

Pelo fim dos anos de sessenta aos poucos se tornou claramente cômico o fato de que há toda uma série de problemas que em princípio não podem ser resolvidos tecnicamente, exigindo, no fundo, uma mudança do homem. Precisamente alguns dos analíticos obstinados do sistema do Pentágono e dos Think Tanks unidos a ele se deram conta, p. ex., de que não há solução técnica para a paz. O armamento mundial, i. é, a solução técnica do problema da paz, lev. ao dilema de que o poderio militar deve ser aumentado continuamente, diminuindo ao mesmo tempo continuamente a segurança nacional. Foi por isso que se chegou às negociações SALT. E essas supunham forças e meios morais. Deve-se dar ao inimigo um crédito de confiança que ele ainda não mereceu. Como na vida cotidiana deve-se tomar sobre si o risco de ser logrado. Deve-se estar decidido a cumprir um tratado e não rescindi-lo já na primeira desvantagem.

Contudo, a insuficiência de providências técnicas não nos deve levar à opinião de que elas sejam irrelevantes para a dominação das crises. Pelo contrário. Os modelos de equilíbrio da análise do MIT que impedem o colapso empregam todo o arsenal das medidas técnicas citadas acima. Acedem ainda outras:

— Prioridade da agricultura, de modo que sejam feitas também

investigações que hoje são tidas por antieconômicas, se por meio delas pode ser conservada a qualidade dos solos ameaçada pela monocultura intensiva.

— Redução do volume de produção e, com isso, poupança das reservas de matérias-primas e diminuição do prejuízo causado ao ambiente pela elevação maciça da duração da vida e da possibilidade de reparaturas dos bens de investimentos e de uso.

Portanto continuamos a ter necessidade de todo o nosso arsenal de meios técnicos. Mas ao mesmo tempo precisamos também de um catálogo de qualidades pronunciadamente morais sem as quais as medidas técnicas nem podem ser descobertas nem realizadas: objetividade, vontade de eficiência, perseverança, confiança, etc. Tudo qualidades que por vezes são designadas como "virtudes secundárias". E com razão, se com isso se quer designar o seu grau em relação às "virtudes primárias" da justiça ou do amor ao próximo. Erroneamente se com isso se quer desvalorizar as outras virtudes.

Também por outro motivo não bastam as providências técnicas como tais: a sua realização custa dinheiro; oneram a nossa carteira e com isso entram em conflito com o interesse próprio do indivíduo. Por isso devem ser apoiadas por medidas de outra natureza, a saber, por providências políticas.

II. Medidas políticas

As medidas políticas são aparentadas com as providências técnicas, enquanto se crê que aqui se tem alguma coisa mais eficaz do que apenas apelos vagos contra o

interesse próprio, a dissipação e o consumo e a favor da renúncia e solidariedade. Essas medidas políticas podem mover-se dentro da nossa constituição e ordem política existente ou transcendê-la e pô-la em questão.

a) Dentro do quadro atual de estruturas

Há providências dentro do quadro da nossa constituição do mercado econômico e da constituição liberal e democrática. Ataca-se a crise econômica com medidas para a defesa do ambiente. Espera-se regular com o mesmo instrumentário o uso dos bens livres e públicos, obviar à tendência para a propriedade e a loucura de consumo. Lembremo-nos, p. ex., das leis da ordem espacial. Pelo mesmo sistema se pretende travar a dissipação de matérias-primas por reaproveitamento imposto por lei.

Tudo isso traz desvantagens e o legítimo liberal as lamenta. Desse modo é limitado o espaço da liberdade individual e a iniciativa pessoal. Mas com razão se apela para um motivo de consolação: em vez da máxima liberdade para alguns, a maior liberdade possível para todos.

As vantagens alcançadas por estas medidas são, entretanto, mais valorizadas, a saber: mais uma vez a eficiência, obtida mediante a coerção da lei. Infelizmente os apelos à razão e ao juízo, à responsabilidade e à consciência não acham ouvido. Pensemos na história do combate à inflação! Os teóricos da pedagogia podem acreditar que o homem sempre segue a consciência e que a consciência sempre lhe indica o que é

acertado. O fato é que o homem também hoje necessita da pressão inconfundível da lei, para praticar de modo duradouro a justiça e o bem. Os apelos morais muitas vezes sentidos como vagos são bons, as leis são melhores. Sem dúvida nisso há algo de verdade.

Só que não se devia deixar de ver que sem responsabilidade para a comunidade, sem domínio sobre o egoísmo, as leis não têm efeito. E como não se pode forçar a responsabilidade, já nós achamos mais uma vez perante a necessidade de apelos morais, aos quais também com a motivação mais clara sempre parece faltar a eficácia.

Isso começa já com a origem das leis numa democracia. Devem ser decretadas por muitos daqueles a quem a coerção da lei atingirá. Para que as leis não sejam simplesmente a expressão arbitrária de relações justamente predominantes de poder e maioria, devem satisfazer a determinadas exigências morais. Devem ser razoáveis e justas. As leis relativas à proteção do ambiente, p. ex., não devem atingir só o produtor, mas devem envolver também o consumidor. E aqueles a quem incumbe executar a lei devem ser insubornáveis, de outro modo terminamos no problema sem solução: "Quem vigia os vigias?" Se isso é exato, as coisas não funcionam sem rearmamento moral dos indivíduos. E sem renúncia não há convivência social nem controle do futuro.

As leis, que muitas vezes implicam limitações e, com isso, renúncia, com facilidade relativa encontram majorias (para aprová-las), enquanto permanecem gerais, vagas como os apelos e as máximas

morais. Com muita facilidade se cai na ilusão de que apenas atingirão os outros ou de que no fundo as leis são fáceis de cumprir. Quando aparece a exigência verdadeira, eventualmente as leis logo são suspensas. É o que se deu com uma série de leis para a proteção do ambiente em diversos países, desde o começo da crise da energia. Leis que há pouco ainda foram aprovadas por grandes majorias, de repente parecem insuportáveis.

Do mesmo modo aparecem dificuldades, quando se trata de concretizar leis, sem relativizá-las. Aí entra em função o princípio da ovelha negra: os interessados e atingidos não conseguem chegar a um entendimento sobre o culpado ou os culpados de determinada deteriorização do ambiente e a parte de culpa que lhes cabe. Conseqüentemente, medidas concretas não são tomadas. Ou funciona o "princípio de S. Floriano": Cada um quer combustível, mas ninguém a refinaria ("S. Floriano, poupa as nossas casas, põe fogo nas outras!"). Ou o "princípio do bode expiatório": Para grandes males, presentes em toda a parte — como, p. ex., para a destruição do ambiente, na qual todos tomam parte direta ou indiretamente, mais ou menos —, se procura um culpado único: a indústria, as multinacionais ou até o "sistema". As pessoas nem sequer se dão conta da sua hipocrisia, na qual todos estão contentes consigo mesmos. Isso lhes poupa a conversão necessária e o preço da mesma.

Em outras palavras: As leis não desenvolvem a eficiência esperada delas se não colabora ao menos em inícios aquilo que procuram os

apelos morais, dos quais tantas vezes nos rimos, a saber, a renúncia livre ao proveito individual a favor de todos. Evidentemente isso é difícil, mesmo no caso em que a utilidade pessoal não é supressa mas apenas adiada.

Há ainda outra espécie de providências políticas que prometem ser eficientes, precisamente porque não parecem exigir uma conversão dos atingidos. Em vez de obrigar com leis, pode-se aliciar com vantagens, p. ex., diminuição de impostos ou prêmios. Procura-se vencer o egoísmo pelo egoísmo. É uma prática muito espalhada. Aqueles que devem descobrir estratégias realísticas para eventualmente travar o crescimento, deverão fazer um uso exaustivo das recompensas.

Também aqui não se chega a um resultado, sem supor certas qualidades morais que não é possível impor. A pessoa que se quer aliciar com a vantagem deve aceitar determinada restrição. Deve trocar uma vantagem a curto prazo por outra a longo prazo. Deve ceder a pompa que tem na mão por duas (ou também só uma) no telhado. Isso não é possível sem certa distância do egoísmo, sem que esteja presente ao menos em embrião uma atenção ao todo. Além disso os estrategistas devem supor um grande número de pessoas que fazem sem vantagens o mesmo que os outros fazem obtendo vantagens. De outro modo as iscas deveriam ser demasiadas e as despesas seriam elevadas demais.

b) Além do quadro atual de estruturas

Para muitos não bastam leis novas e melhores para resolver o

problema do crescimento e do controle do futuro. Deve desaparecer o "sistema", a saber, o capitalismo. De fato, não se pode negar que na economia liberal do mercado (no capitalismo) há essencialmente uma dinâmica de crescimento. Nenhum sistema se entregou a menos ilusões sobre o papel e o poder do egoísmo na natureza humana. Ninguém fez uso melhor dessa particularidade do que o capitalismo. Até tempos recentes ele pensava com Adam Smith que o indivíduo que "...só procura o seu lucro... é levado por uma mão invisível a favorecer o interesse público". Em outras palavras: se cada um do modo mais egoístico possível trata de si, todos estarão atendidos. Isso funcionou melhor do que propriamente se poderia esperar. Só não se deve deixar de ver que não só os empresários, mas também os lavradores e operários aprenderam a proceder assim. Isso junto com a técnica criou a maior concentração de riqueza da história e ao mesmo tempo também a maior generalização dessa prosperidade. Mesmo os sistemas socialísticos de planejamento econômico não seriam o que são sem a ajuda do capitalismo. O capitalismo quase teria criado o paraíso, se não houvesse instabilidades perigosas. Elas provêm de que os que participam do sistema nunca podem ter as mesmas oportunidades. Há diferenças insuperáveis da natureza e da história. Alguns por nascimento são talentosos e outros não. Tais diferenças ultimamente só podem ser niveladas se o egoísmo é limitado pela solidariedade. Por isso a economia liberal do mercado se está transformando em social. E com

isso de novo estamos na moral, que não pode ser imposta por mudanças do sistema tampouco como pela colcha de retalhos das leis. Sobre isso os russos nos podem dizer muita coisa. Até hoje ainda não apareceu o homem novo que queriam criar pelas novas circunstâncias de produção.

Ora, uma coisa é certa: por causa dos limites inegáveis da natureza, o crescimento da economia não pode continuar a correr sem restrição, tampouco como aquele da população. Os sistemas capitalistas são essencialmente expansivos, porque o egoísmo individual e coletivo é constitutivo e a justiça e a solidariedade são apenas regulativos que intervêm posteriormente. Com isso a concorrência, a competição se torna o motivo estimulante, quer se trate de uma luta regulada, quer de um "Cath as cath can". A concorrência obriga a uma produtividade sempre maior e à participação crescente no mercado, ou, em outra palavra: a tornar o lucro ótimo a curto prazo e máximo a longo prazo.

Mas o horizonte de tempo que intervém aí é curto demais, para ser possível incluir todas as despesas, principalmente aquelas que se originam por bens livres ou quase livres aproveitados quantas vezes se quiser e muitas vezes com espírito de exploração, a começar com o ar e a água, as matérias-primas até a rede pública de trânsito. O público é que paga as despesas na forma de gastos niveladores do governo e deteriorização do ambiente. E também aqui ainda não estão tomados em consideração os prejuízos dos quais sofrerão as gerações futuras. Basta pensar que

se tornam escassas matérias-primas insubstituíveis, como nobilitadores do aço ou metais não-ferrosos (Buntmetalle) ou nos prejuízos retardados causados pela oneração crônica por doses pequenas de chumbo ou radioatividade desde o dia do nascimento, coisa que para nós, os mais velhos, ainda não era o caso. O nosso corpo já estava amadurecido, quando começaram as onerações. Se nós e nossos pais ainda aproveitamos das enormes privações dos nossos avós e bisavós, agora a situação se inverte: eventualmente nós já estamos vivendo às custas dos nossos netos e bisnetos. As possibilidades favoráveis do crescimento que resultam da apropriação privada de lucros e de oneração pública com custos contribuem essencialmente para a dinâmica expansiva da economia capitalística. Dessa expansão não aproveitam só os empresários mas também os trabalhadores, na forma de empregos seguros e bem remunerados e não em último lugar também o Estado. É por isso que até hoje todos estão a favor do crescimento.

Ora, a expansão não é possível sem a criação de bens e necessidades sempre novos, principalmente com população estagnada. Isso condiciona incessante crescimento do gasto de matérias-primas e energia. Possivelmente temos televisão por causa da propaganda. Mas criou empregos e na opinião de muitos elevou a qualidade da vida. Apesar disso precisa de energia. Se por ocasião de copas mundiais de esqui ou coisas semelhantes na Alemanha funcionam 10 milhões de televisores, só para esse fim devem estar à disposição 3.000 MW de

energia, a capacidade plena de três geradoras atômicas muito grandes. Se a energia de fato um dia se tornar escassa, a televisão será casada como uma das primeiras coisas. Com isso quero dizer que a última razão da expansão é o apetite insaciável do particular e não só simplesmente o "sistema". Este só serve para saciar o apetite. E o fez com a maior eficiência jamais alcançada.

Os sistemas socialistas geralmente também prometem abundância material. Nesse ponto o sistema capitalístico é o modelo absoluto para eles. Eles também querem realizar o paraíso material, mas sem as grandes disparidades na distribuição dos bens. Tais disparidades aparecem de modo particularmente fácil e crasso na fase inicial de um espaço econômico que se organiza de modo capitalístico. Pensemos no Brasil, onde primeiro se quer elevar à rotação máxima o motor secreto do egoísmo individual e nacional, para depois, numa segunda fase, se poder distribuir mais uniformemente um bolo tornado o maior possível. Os sistemas socialistas, que também procuram a abundância material e, além disso, ainda (como a União Soviética) se consideram como concorrentes dos países capitalistas, alcançarão e ultrapassarão os limites físicos praticamente com a mesma rapidez como os capitalísticos. Esses sistemas não são um meio indicado para impedir a colisão com o limite.

Sistemas não-capitalísticos, que só prometem satisfazer as necessidades "legítimas" ou "verdadeiras", teoricamente têm um limite interno de crescimento que será alcançado quando a população não

continuar mais a crescer e estiverem satisfeitas as necessidades verdadeiras de todos. Se as necessidades verdadeiras forem fixadas de modo suficientemente baixo, há a possibilidade de que esse imite interno venha a ser alcançado ainda antes do limite físico e com isso estaria evitada a colisão.

Mas quem decide quais são as necessidades legítimas? Teoreticamente o deveria fazer uma antropologia científica. No estado atual da divisão ideológica, porém, não há **esperança** de um resultado que encontre a aceitação da grande maioria dos cientistas ou até dos leigos.

Em última análise se deverá seguir um caminho pragmático com as etapas seguintes:

1. Determinação da situação mais provável dos limites físicos das reservas de matérias-primas e da capacidade de operação da biosfera. Não se pode alcançar mais do que uma probabilidade, cuja qualidade de resto pode ser melhorada continuamente com o progresso das ciências naturais, mas que ao mesmo tempo será suficiente para a ação razoável e responsável. Com efeito, os políticos e empresários continuamente devem tomar decisões baseados em "certezas morais", i. é, em probabilidades fundamentadas que são maiores do que a probabilidade do contrário.

2. Com dependência dessa situação do limite físico se determina o nível global da produção que poderá ser conservado por tempo mais longo, p. ex., até além do ano 2100, isto com certeza, não apenas com probabilidade.

3. Dissó resulta a média individual da disponibilidade de bens

em atenção ao número da população no estado estacionário futuro, que a população mais cedo ou mais tarde deverá alcançar global e regionalmente.

4. Medidas políticas devem nivelar diferenças demasiadamente grandes na distribuição dos bens.

São grandes demais as diferenças que de modo fundamentado são sentidas como injustas pelos atingidos. Pode haver povos para os quais a frugalidade material é um ideal. Mas não esqueçamos que as esperanças e exigências materiais dos homens dos mais diversos círculos de cultura se vão igualar. Com efeito, em última análise o homem é o mesmo em toda a parte, e as diferenças, que se podem constatar empiricamente, aos poucos se nivelarão, quanto mais o mundo de modo irreversível se vai tornando uma grande aldeia. Finalmente os valores culturais podem ser realizados melhor onde existe uma base material com disponibilidades abundantes, do que onde a base material é pobre. Também o indu mais indu não faz a sua peregrinação para os lugares santos no Ganges em vagões de terceira classe, superapinhados de homens, se tiver outra possibilidade.

5. Conseqüentemente os representantes da antropologia empírica, filosófica e teológica procuram definir como deveria ser o homem, que motivos, valores ou preferências se deveriam tornar eficazes, para que o indivíduo no quadro material assim definido se possa tornar homem. Portanto devem ser concretizadas condições essencialmente indispensáveis do ser homem à base de um fundo material

determinado, sempre limitado, em todo o caso não de dimensões arbitrárias. No fundo foi isso que o Clube de Roma tentou com os seus apelos morais.

Com isso chego finalmente às medidas dos "moralistas" em oposição às medidas consideradas até agora dos "realistas", que encaram com ceticismo a tentativa de mudar o homem mesmo e sentem como demasiadamente vagos os apelos de natureza moral.

B. AS MEDIDAS DOS "MORALISTAS"

Atitudes morais não podem ser impostas. A voluntariedade é a essência da moral. Por isso para os "realistas" essas medidas não merecem confiança e são demasiadamente vagas. De outro lado, não chegamos a resultado sem atitudes morais. As medidas capazes de serem impostas e nessa proporção eficientes dos "realistas" supõem tais atitudes. Por isso não é supérflua, mas de importância vital, a pergunta pelas novas atitudes, motivos, valores e preferências de que necessitamos para dominar o futuro.

I. Propostas insuficientes

Aqueles que recusam o resultado da análise do MIT, a saber, a exigência da redução rápida do crescimento econômico a zero, não se sentem inteiramente seguros. Com efeito não podem deixar de ver o seguinte:

1. Em qualquer parte existe um limite físico do crescimento.

2. O potencial de crescimento é enorme não só quanto à população, mas ainda muito mais quanto

à economia. Não há perspectiva de um ponto de saturação. Nem sequer nos EUA: o consumo de matérias-primas, a demanda de energia e a destruição do ambiente lá aumentam com a mesma velocidade como em outra parte. Com efeito ainda existem grandes bolsões de pobreza nesse país mais rico do mundo e os bem abastecidos, os ricos e bem sucedidos sempre ainda não se contentam com o que têm.

3. Alcançar um ponto zero de crescimento econômico não é um objetivo mais fácil de alcançar daqui a vinte anos do que hoje. E as etapas de retardamento são enormemente extensas.

Por isso esses homens tentam um paradoxo: travar a economia sem travá-la. Pretende-se diminuir o uso de matérias-primas e energia e a produção de substâncias nocivas sem criar desemprego, sem congelar ou até diminuir as rendas pessoais, sem causar as tensões sociais que são a temer, quando no fim do ano deve ser repartido entre os trabalhadores, os empregadores e o Estado um bolo que sempre permanece igual. A palavra mágica para essa quadratura do círculo soa: crescimento qualitativo em vez de quantitativo. Mas que significa isso?

Diz-se que deve ser promovido o setor de prestação de serviços à custa do setor de produção. Mas toda essa produção industrial contudo ultimamente não serve para nada do que o setor de prestação de serviços. Os trens não podem andar circulando vazios, só para ocupar as fábricas de locomotivas; e não andam sempre mais depressa, só para comprar a corrente elétrica das usinas, mas para ofe-

recer serviços sempre melhores, qualitativamente mais requintados, para elevar ainda mais a rapidez, pontualidade, limpeza e conforto. Não é de admirar que o consumo de energia dos países industrializados cresce mais depressa no setor de prestação de serviços do que no setor de produção. Mais serviços em lugar de mais produção leva, pois, em última análise, a um consumo menor de matérias-primas e energia, apenas se essas prestações de serviços são executadas a mão, sem máquinas, ou com menos máquinas e menos energia do que até agora. Mas a tendência se move em direção exatamente oposta. A estrada de ferro alemã, p. ex., quer construir um sistema de expressos, que para a prestação igual de transporte necessitará de muitas vezes mais energia do que o sistema atual.

Ou então se entende por crescimento qualitativo uma economia sem empestar o ar, estragar a água e destruir o ambiente. Mas a economia **com** proteção da natureza gasta mais energia e matérias-primas do que uma economia **sem** proteção do ambiente, supondo-se igual nível de consumo. Se não se impede a produção de substâncias nocivas produzindo e consumindo menos, as substâncias nocivas já produzidas devem a seguir ser coletadas com emprego de grandes instalações de toda a espécie e com isso de matérias-primas e energia, e depositadas ou reutilizadas, o que então se chama eufemisticamente de "remoção". Coisa análoga vale do recycling, destinado a baixar a demanda específica de matérias-primas e com isso a prolongar a duração das reservas das mesmas.

Ou da tentativa de elevar o grau de eficiência das máquinas e aparelhos, p. ex., aquele das usinas termo-elétricas, elevando-se por meio de bombas calóricas (Wärmepumpen) a um nível mais alto de temperatura as quantidades enormes de calor de baixa temperatura na saída da turbina, para conseguir com isso a calefação de cidades inteiras no inverno. São programas gigantescos, que provocam a origem de inteiros ramos novos da indústria. Já se fala da indústria da proteção do ambiente. Sem dúvida tais empresas melhoram enormemente a qualidade de muitas coisas e serviços, mas com elas não se pode impedir o crescimento quantitativo nem economizar matérias-primas, pelo menos não na fase da construção, que poderá exigir decênios.

Um slogan semelhante soa "quality of life". Como dizem, isso significa essencialmente a dedicação a valores inter-humanos, espirituais, morais e estéticos. Essa dedicação louvável e necessária a valores imateriais somente diminui a economia expansiva, se essa dedicação ao mesmo tempo está unida com uma renúncia a ainda mais bens materiais e serviços, que gastam energia. Mas essa segunda (a renúncia) não está dada necessariamente com a primeira (a dedicação). Com efeito, quem afirmaria que os valores imateriais mencionados não se deixam realizar igualmente bem, ou até melhor, numa casa própria, grande e bonita, na área verde, na periferia da cidade, com muito lazer, graças a poucas horas de trabalho pagas regamente por uma economia sumamente produtiva, ao mesmo

tempo com muitas possibilidades de viagens individuais e coletivas e com uma grande janela para o teatro do mundo, aberta pelos meios técnicos de informação? Pelo fato de que os valores materiais passaram para o segundo lugar na escala dos valores, ainda não estão reduzidos a sua produção e consumo. Sendo assim, a expansão da economia pode continuar como antes, apesar da quality of life.

Pode-se encarar o assunto como se quiser: travar sem travar simplesmente não é possível. Quem uma vez concedeu que o crescimento econômico primeiro deve ser reduzido e finalmente levado a um ponto estacionário, quanto antes melhor, e isso radicalmente e não só em tempos de produtividade excessiva, deverá exigir que a carteira se deve tornar mais magra ou pelo menos não engorde.

Isso porém, quase não se ousa pronunciar, não só por causa das dificuldades econômicas e sociais a esperar, mas também porque absolutamente ainda não estamos preparados moralmente para tal. Com efeito devemos ser literalmente outros homens para podermos aceitar uma parada da economia com todas as suas conseqüências de tal natureza que os prejuízos sejam suportados igualmente por todos. Mas que homens deveremos ser?

II. O homem novo

Atrás da dinâmica expansiva da economia moderna está, em última análise, a tendência do homem econômico mesmo. Mas tendência para onde?

Primeiro para longe do mero nível de subsistência, da pobreza essencial. Depois, à procura de

certa medida de segurança material. São duas aspirações elementares, absolutamente legítimas que todos os sistemas de economia devem tratar de cumprir. É o objetivo próximo dos países em desenvolvimento. Nós, nos países industriais, já faz muito tempo alcançamos isso e avançamos agora para fins novos. A saber:

- a maior segurança material possível; depois

- a libertação maior possível de esforço corporal e repetições intermináveis; em outras palavras: o maior conforto possível; finalmente

- uma base material a mais ampla e variada possível, para a emancipação individual e evolução pessoal.

Com tais objetivos está desencadeada uma dinâmica praticamente ilimitada, suposto que estejam descobertos os meios técnicos e de organização. E isso sucedeu no tempo moderno, com o emprego sistemático de conhecimentos científicos a problemas práticos e com a instalação do egoísmo como motor da economia; egoísmo tornado respeitável pelo empirismo inglês e elevado à principal virtude. Paralelamente com isso se desenvolveu uma espécie de antropologia ptolomaica, que colocou o homem, como indivíduo, no centro e que partiu para a justificação daquilo que já se tinha tornado praxe. A máxima emancipação, auto-realização do indivíduo durante a vida terrena, é vista como o sentido propriamente dito da existência. Os psicólogos e pedagogos de hoje anunciam isso quase em uníssono e até teólogos, que propriamente

deveriam conhecer melhor o sentido da vida, se encontram nesse coro.

Na prática esse objetivo da auto-realização é muitas vezes compreendido de modo grosseiro, como felicidade sensível ou até como prazer aqui e agora. A velha sabedoria de que a realização de desejos só então tem efeito profundo e durador, quando se deve esperar por ela, está esquecida em grande escala. A consequência é que a tensão de esperança e cumprimento desaparece, tornando-se a vida enfadonha. A advertência de Jesus, transmitida várias vezes pela Bíblia, está esquecida: Quem quer ganhar a sua vida, a perderá; e quem a perde, precisamente este a achará (2). Essa frase tem o seu valor não só na ordem sobrenatural da salvação e da graça, mas também já na vida natural. Pode-se substituir simplesmente a palavra "vida" por "auto-realização", continuando a frase a ser válida: quem procura a sua realização, precisamente este não a conseguirá; quem a esquece e em vez disso enfrenta os problemas da vida a seu redor, este encontrará a sua realização.

O antropocentrismo da antropologia atual, como da pedagogia e moral dela dependentes, parece-me um dos maiores impedimentos no caminho para a revolução copernicana rumo a um homem novo. Naturalmente ninguém se pode esquecer inteiramente de si mesmo, como que aniquilar-se no amor ao próximo. Os antigos, tanto os filósofos como os teólogos, sabiam perfeitamente que o homem é finito incompleto por origem e por

(2) Lc 17,33 (Passagens paralelas: Mt 10,39; 16,25; Mc 8,35; cf. Jo 12,35).

isso elementarmente necessitado. Não é por nada que no mandamento principal se fala do amor a si mesmo. O homem não pode renunciar radicalmente à recompensa. Mesmo Nosso Senhor falou com toda a naturalidade da recompensa. Mas ela não deve ser o motivo de primeiro plano, imediato ou até único da ação. O homem não a deve querer agarrar diretamente.

a) Alternativa para a ideologia da auto-realização

A ideologia atual da auto-realização, a fonte da insaciabilidade humana, parece-me poder ser superada, se forem compreendidas e aceitas duas coisas.

1. A realização de si mesmo não pode ser comprada, nem organizada. É o resultado de um processo de maturação que não se pode forçar. Isso deveria ser óbvio para um cristão, já que a realização de si mesmo é tanto um presente de Deus como o resultado da própria ação, não podendo ser alcançada antes de que a vida tenha chegado ao seu termo na morte.

2. A realização de si mesmo visada diretamente deve ser substituída ou completada por valores e objetivos que ultrapassam o indivíduo. Trata-se de ativar o traço transcendente que vai para além do que é meramente humano em cada pessoa.

Conseguindo-se isso de algum modo, deveria ser absolutamente possível aceitar a necessidade de termos de restringir (nossas conquistas materiais) ou até termos de renunciar a uma parte daquilo que já alcançamos, sem que uma necessidade externa nos obrigasse a isso de modo insofismável. Há mais do

que um campo de treino para essa tendência do homem que tende para além dele:

1. O próximo

Antes de mais nada estão aí os outros homens. Há muitas possibilidades de lidar com eles. Baste um exemplo que tem a ver com a economia. Não se trata tanto de conseguir os meus direitos, mas de deixar os seus direitos aos outros. Se todos fizerem isso, também o meu direito estará garantido. Trata-se da justiça na perspectiva dos antigos, a saber, de dar a cada um o seu, não da mentalidade moderna, a saber, de impor o meu direito.

Aplicado aos países em desenvolvimento, isso significa o seguinte: levar rapidamente para a fase estacionária os países em desenvolvimento fortemente expansivos e reservar aos países desenvolvidos o potencial restante de crescimento, restringido pelos limites físicos da terra.

Se os países industrializados e os que estão em desenvolvimento crescerem com a mesma rapidez, digamos realmente 2,8% por ano, a provisão de bens de uso, a riqueza coletiva, se duplica todos os 25 anos. Continua havendo a diferença relativa entre países ricos e pobres. Ela está mais ou menos na razão de 7 : 3, enquanto o número de pessoas é justamente o contrário, 3 : 7. A diferença absoluta pelo contrário, o fosso entre pobre e rico, se alarga mais e mais e também com aceleração de 2,8% por ano; logo, também ele se duplica todos os 25 anos.

Se, pois, quisermos que o fosso se feche dentro de um prazo útil, primeiro sendo justos para com os

outros antes de defendermos os nossos próprios direitos, adquiridos honestamente de fato ou na nossa opinião, os países em desenvolvimento globalmente devem crescer mais ou menos duas vezes tão depressa como os países industrializados, digamos, por exemplo, 5,7% por ano, um objetivo dificilmente alcançável. Nesse caso a chave de distribuição das riquezas em 30 anos corresponderia precisamente à relação 1 : 1.

Com isso os países em desenvolvimento talvez teriam superado justamente a pobreza essencial, o nível da mera subsistência. Em 61 anos poderia ser alcançada aquela relação da riqueza que corresponde à proporção das populações e que por motivo de brevidade podemos chamar "a proporção justa", a saber, 3 : 7 a favor dos países em desenvolvimento. Mas a produção global no mundo então teria aumentado por mais de 12 vezes em relação à atual, um nível absolutamente insustentável, mesmo a curto prazo. Até no caso da relação 1 : 1 a produção global seria 3 vezes mais elevada do que hoje, o que, segundo a análise do MIT, dificilmente poderia ser sustentado por longo tempo. A parte dessa riqueza, de início distribuída com justiça apenas globalmente, que de fato estará à disposição de cada indivíduo, depende da rapidez com que no mesmo tempo tiver crescido a população e da perfeição que dentro dos diversos países tiver tido a justiça da distribuição das entradas.

Se os países industrializados parassem hoje e os países em desenvolvimento continuassem a crescer realmente em média 2,8% por ano,

a relação justa estaria alcançada em 62 anos, com uma produção global de cerca de 2,3 vezes maior do que a atual, o que provavelmente poderá ser sustentado por tempo prolongado. Mas se a proporção da população entretanto se deslocar, passando de 3 : 7 a 2 : 8, a produção global em estado de distribuição justa alcançaria escassamente três vezes a hodierna e com isso novamente estaria ameaçada.

Em outras palavras, o fosso entre os países ricos e os pobres não pode ser diminuído essencialmente, para nem falar de ser fechado, se os países industriais não alcançarem muito em breve um estado estacionário da economia. Se realmente nos interessamos pela justiça, devemos arcar com as dificuldades enormes da transição para a fase estacionária, não podendo impô-las à geração próxima.

Não há dúvida de que as suposições dessa conclusão não são absolutamente certas; mas sempre são muito prováveis. E probabilidades devem bastar para a ação. Não é lícito deixar que se origine ou até procurar um nível de produção e consumo o qual, embora apenas provavelmente, não só não fecha o fosso entre as nações ricas e as pobres mas só o aumenta.

Logo, para sair da torre da mentalidade antropocêntrica, a solução é tratar de realizar o direito dos outros em vez de defender o direito próprio. Talvez não seja inteiramente supérfluo dizer que essa mudança da direção do olhar, afastando-o de mim ou de nós, elevando-o acima de mim ou acima de nós para os outros, supõe o amor ao próximo e ao mesmo tempo o fortalece.

2. A natureza

Uma segunda possibilidade de nos elevarmos acima de nós mesmos oferece-o a natureza. A natureza é aquilo que o homem não fez, mas sempre encontra. Antigamente enchia o homem de temor, mas também de admiração e reverência. Tinha-a por algo divino que não se podia tratar de qualquer maneira sem ter de contar com castigo. A revelação do Antigo Testamento tirou à natureza o seu caráter de divindade. O sol e a lua se tornam meros luminares, lâmpadas práticas no firmamento e a mesma destinação toca às outras partes da natureza. Com isso está criada a pressuposição espiritual do domínio posterior da natureza pela técnica, mas também a possibilidade da destruição da natureza praticada sistematicamente.

É por isso que não poucos intelectuais modernos (p. ex., Améry no seu livro mais recente "Fim da providência") responsabilizam a revelação judaico-cristã pela destruição da natureza. Segundo isso, o ocidente verdadeiramente só assimilou duas idéias dessa revelação: o mandamento do Gênesis "submetei-vos à terra" (3) e a grande promessa que nos ensinou a aspirar a um estado definitivo de consumação e de superabundância. A invectiva corresponde excelentemente ao nosso tempo, no qual o cristianismo é acusado de culpado por quase todos os males presentes, desde a onda de sexo e da estima da propriedade, como sinal da bênção de Deus, até a existência

de uma imitação comunística do reino de Deus.

Mas a acusação não vê que privar a natureza da sua divindade está longe de fazer dela uma coisa que se pode manipular arbitrariamente, pois a natureza continua sendo criação de Deus, propriedade de Deus que nos está emprestada apenas para o uso, sobre o qual um dia teremos de dar conta. Sendo que a natureza não nos pertence simplesmente, mas apenas nos é emprestada, também foi possível ao cristianismo aceitar a idéia da Stoa do "direito da natureza". E quanto à grande promessa, o seu cumprimento fica além da história, embora já comece no tempo, a saber, no homem novo, criado pelo Espírito Santo (4). O cumprimento da promessa não é o resultado direto do nosso esforço, mas a "última" ação criadora de Deus.

Era necessário o processo de secularização para que a destruição da divindade da natureza se pudesse tornar a pressuposição do atual imperialismo tirânico do homem sobre a mesma. O empirismo inglês e os seus descendentes forneceram a justificação teórica desse estado sem lei entre o homem e a natureza. A saber: não há conhecimento essencial. O que podemos atingir são sempre apenas meros fatos, e no melhor dos casos o conhecimento de que de fato eles são regulares no espaço e no tempo. O mundo e as coisas são apreendidas apenas à maneira de máquinas, i. é, como resultantes de ações mútuas entre partes autônomas que existem desde a eternidade, nada mais. As partículas podem ser combinadas arbitrariamente

(3) Gn 1,28ss.

(4) Rm 8, 1-25.

mente, as combinações que se originam podem ser analisadas e por isso em princípio sintetizadas. Mesmo o mundo da vida, que segundo Kant para corações simples é o sinal mais palpável da intervenção de um espírito divino do mundo só é mais o produto de recombinações casuais daquelas mesmas partículas eternas; recombinações que restaram da concorrência chamada seleção. O imperialismo sobre a natureza agora justificado teoreticamente por essa doutrina se estende também àquela natureza que é o nosso próprio corpo. Isso aparece nas projeções futurísticas do "biological engineering" e também se revela na discussão sobre os meios da restrição da natalidade, que parece conhecer só um único ponto de vista: a eficiência técnica.

Agora, entretanto, uma mudança se faz sentir. A natureza reclama a restituição dos seus direitos. Começamos a compreender que não podemos modelar a natureza a nosso bel-prazer, adaptando-a a nós, mas que somos nós quem se deve adaptar à natureza. Os ecólogos, p. ex., nos dizem que na natureza (biosfera) normalmente não se origina lixo, que tudo é reempregado, tudo se move em círculos fechados e um ecossistema é tanto mais estável, quanto mais lenta for a passagem de material e energia, quanto maior for a demora até que um "quantum" de energia de onda curta absorvido por uma folha verde torne a ser emitido como quantum de energia de onda longa. A nossa economia, pelo contrário, trabalha quase exclusivamente em circuitos abertos com altas velocidades de pas-

sagem. Com isso se torna essencialmente cultura de rapina. Logo, os circuitos devem ser fechados segundo o modelo da natureza. Ela deve tornar a ser a grande mestra, mesmo se isso exige de nós uma restrição sensível, verdadeira ascese.

Conseguiremos isso tanto mais facilmente, quanto mais cedo conseguirmos tornar a ver na natureza a criação de Deus e isso na natureza originada por evolução. Nela, de qualquer maneira, se manifestam as intenções de Deus. Ela deve voltar a se tornar para nós como para os profetas do AT e os salmos um sinal da presença e da fidelidade de Deus. Penetrar nos seus segredos significa, como para Kepler e Newton, repensar os pensamentos de Deus e não simplesmente um meio para manipular a natureza e submetê-la a controle. Assim criamos as pressuposições espirituais, para poupar e conservar a natureza; mais ainda: para conciliar o homem caído e a criação muda, que, segundo São Paulo, geme em dores de parto e espera a redenção (5). Logo, a natureza é muito mais do que apenas um lugar de relaxamento da tensão de cada dia. A ascese, exigida por essa nova atitude em face da natureza, será recompensada centuplicadamente. A realização de si mesmo, que assim se parece perder, é reencontrada de modo novo.

3. Deus

Uma terceira possibilidade de superar a si mesmo consiste na procura paciente, meditativa durante toda a vida daquela realidade última e absoluta, que alguns chamam o "fundamento", outros, "o englo-

(5) Rm 8,18-25.

bante" e os crentes, "Deus", o Pai. Esse absoluto se esconde atrás daquilo que não foi feito por nós mesmos. Manifesta-se na exigência incondicional da consciência. Ou na esperança contra toda a esperança, que pode encher e sustentar um homem, precisamente quando a vida terrena aniquilou todos os motivos perceptíveis de esperança. Ou naquela força que faz que um homem seja bondoso também quando sabe que isso só lhe causará aborrecimentos. Ou também na paz e serenidade interna, de que se pode sentir repleto quem fez o bem sem atenção a sacrifícios terrenos.

Em tais experiências percebe-se algo que não pode ser objetivado empiricamente e, contudo, deve ser sumamente real: a presença de Deus. A harmonia com essa realidade seria, em última análise, o decisivo. Então estaria dominado o temor de não conseguirmos a nossa parcela, não haveria mais necessidade de procurarmos a nossa evolução e realização aqui e agora, e nos pareceria perfeitamente admissível a exigência de renunciarmos a uma parte de nossa riqueza material, ou ao menos a um aumento ulterior dela, quando a consideração para com os outros o exigisse, mesmo se tratasse das gerações ainda não nascidas. Talvez então começaríamos a compreender por que os nossos antepassados viam o sentido da vida na "glorificação de Deus", e por que a sua antropologia não era tanto antropocêntrica como teocêntrica. Isso seria a conclusão da revolução copernicana mencionada no começo, a conclusão provisória do processo da origem do homem novo.

b) O problema propriamente dito.

Essa nova orientação, que acabamos de esboçar, será possível, pelo menos parcialmente? Realizar-se-á? É de estranhar que somente poucos acreditem na possibilidade de tal mudança. É realmente de estranhar, por que nunca na sua história a humanidade se transformou mais depressa do que o está fazendo hoje, perante nossos olhos.

O paradoxo da coexistência dessa mudança vertiginosa (e a disposição quase sem limites para modificar a situação) com a incapacidade para a mudança se resolve se considerarmos a orientação da transformação.

As alterações ocorridas, em grande parte, estão **no campo** da natureza humana e por isso se dão sem um esforço pessoal particular da parte do indivíduo. Em geral consistem na libertação do homem das doenças, do peso do trabalho, dos limites de espaço e de tempo. O sonho da emancipação total de todos os homens, pela primeira vez na história, parece realizável. A realização pessoal, que pode ser vivida aqui e agora, torna-se, em grande escala e para muitos, o sentido supremo ou até mesmo o único da existência. Soluções não-técnicas, portanto as que implicam um esforço moral, pessoal, e exigem o domínio de si mesmo, com muita facilidade, são consideradas como inaceitáveis.

Todo desenvolvimento, obtido até agora, deve ser reconhecido como um gigantesco desenvolvimento **MALGRADO**; deve ser abandonado. É uma posição verdadeiramente revolucionária! Em vez de um padrão de vida sempre mais elevado, com base material para a

emancipação total e a máxima auto-realização, o homem deve agora exercitar-se na restrição da liberdade e na frugalidade de bens materiais. Em vez da emancipação e realização de si mesmo, o homem deve procurar uma refletida restrição da liberdade, o respeito de limites e até a disciplina e o enquadramento em ordens, sem a correspondente liberdade e alívio quanto a outros aspetos, como se dá, p. ex., no tráfego, no qual fico sujeito a regras severas, mas em recompensa ganho a liberdade de eu mesmo escolher onde quero chegar e quando o quero (devemos renunciar a essas vantagens "ego-cêntricas").

Será possível realizar tal coisa? Sem dúvida será possível convencer os homens da necessidade da limitação de si mesmos e da necessidade de novos objetivos da vida, rumo a uma nova "Quality of Life", cuja realização não custa nenhuma ou só pouca energia técnica e que considera como mais elevado o prazer de uma **ação dotada de sentido** do que os prazeres intelectuais, estéticos e sensíveis que hoje são exaltados. Novos objetivos e sentido para os quais o "viver uns para os outros" é mais importante do que a auto-realização.

Mas não basta só a **compreensão**, por mais necessária que seja. O verdadeiro problema está em levarmos a nós mesmos ao ponto de também fazermos aquilo que concedemos como acertado e isso com constância. Costumamos dizer: se o homem deve, também pode. Sem dúvida. Se o lixo nos afogar, se os metais para melhorar o aço tiverem alcançado o preço da pla-

tina, saberemos limitar-nos. Mas então já será tarde; o colapso já terá ocorrido. Aquilo de que seríamos capazes naquela situação de coerção, deveríamos fazê-lo já hoje, apesar de apenas prevermos essa situação sem ainda experimentar no próprio corpo.

Como realizaremos a orientação nova, uma vez que a maior parte dos problemas, que não podem ser resolvidos tecnicamente, ainda não foram resolvidos, a começar pela corrida armamentista, pela pobreza dos países em desenvolvimento, até o problema do aborto, do ódio de raças, do caos do tráfego em aumento contínuo, e do caráter inóspito das nossas cidades?

Que devemos fazer então? Não haverá mais truques. Nada e ninguém nos tirará esse peso. No âmbito natural, em última análise, só temos uma arma: convencer pela clareza do argumento e a honestidade do exemplo de um novo estilo de vida. Isso já agora é possível, em grau diverso, para cada um individualmente, independentemente do que for feito em caráter institucional em nível internacional e nacional em conexão com o problema de uma economia estacionária.

c) **Uma contribuição específica do cristianismo**

A maior parte do que foi dito até aqui se move num plano que em princípio é acessível a todos os homens. Digo em princípio. Para muitos contemporâneos isso tudo ainda poderá parecer chinês, enquanto propriamente deveria ser familiar aos cristãos. Segundo isso, o cristão seria chamado para preceder aos contemporâneos, sem

religião, no caminho para o homem novo. Fora desse auxílio ainda há algo específico com que os cristãos podem contribuir para a solução do problema dos limites do crescimento?

Na tradição cristã há um ideal que os fiéis aprenderam da vida de Nosso Senhor. É verdade que, em primeiro lugar, foram os monges que o procuraram realizar, mas no fundo toca a cada fiel, pois se trata da imitação de Cristo. Trata-se do ideal da pobreza, que é mais do que simpatia romântica pelos deserdados, mais do que apenas uma espiritualidade pálida que também um milionário pode realizar. É um ideal que encerrará limitação de si mesmo no campo material, a vontade de não querer tudo que gostaríamos de ter, a decisão de não procurar a garantia máxima possível da base material e a convicção de que a riqueza não é a base da verdadeira realização de si mesmo.

Penso também no "conselho" da obediência que mais ou menos é o contrário da procura irrestrita de emancipação e realização de si mesmo. Ele exige que se respeitem limites traçados pelo direito, pela liberdade dos outros, pela natureza e pela consciência. Exige que eu enfrente os inúmeros problemas do nosso tempo, aceitando o desafio que eles contêm e deixando-me restringir de boa vontade por eles na minha liberdade de movimento e possibilidades de desenvolvimento.

Penso até no ideal do celibato. Isso absolutamente não é de estranhar, como o está inclinada a pensar uma época que costuma exaltar

a sexualidade de modo bastante unilateral.

Imaginemos uma população estacionária na qual se casam todos os capazes para o matrimônio, querendo por isso ter filhos mais cedo ou mais tarde, como a experiência sempre o torna a mostrar. Na média então, cada família só pode ter 2,2 filhos, se a duração média da vida é de 70 anos e 5% dos lares não têm prole. A população mundial então se comporia uniformemente de células de quatro pessoas. Essa uniformidade significa uma perda da variedade e com isso também da criatividade. Lembremos de que com alta probabilidade existe uma correlação positiva entre a iniciativa criadora no campo social e a proveniência de famílias de muitos filhos. A iniciativa social é indispensável para uma comunidade. Provavelmente a sua frequência diminuirá com o desaparecimento das famílias numerosas. Mas se não quisermos renunciar a uma variedade maior das estruturas microsociológicas e à criatividade unida a ela, se também para o futuro deverão ser possíveis famílias de muitos filhos sem discriminação, no estado de uma população estacionária será preciso que um número correspondentemente grande de pessoas renuncie a ter filhos. Logo, se no fato natural, não condicionado culturalmente e contudo especificamente humano de que o amor entre o homem e a mulher e a fertilidade humana são realizados por um e o mesmo comportamento, continuarmos a ver a intenção de Deus e não apenas acaso cego da evolução, então aqueles que renunciam a ter filhos deverão permanecer solteiros voluntariamente.

Além disso se deveria ter em mente que esses celibatários por própria vontade poderiam libertar forças às quais não deveríamos renunciar. Mas então já agora os teólogos e psicólogos deveriam refletir sobre as condições exigidas para que o celibato voluntário seja possível e aceitável. De resto, na história problemas de crescimento já uma vez foram tornados suportáveis pelas renúncias e até por sacrifícios de solteiros, em grandes regiões da Europa na Idade Média até o começo da época moderna. A população da Europa apenas roçou os seus limites físicos, mas não os ultrapassou, porque por todo esse tempo ficou estacionária não só por causa da ação eficaz da peste, da fome e da guerra, mas também e muito substancialmente porque uma grande parte da população renunciava ao casamento.

As atitudes espirituais e morais que estão implicadas nesses três ideais mencionados, em última análise não derivam o seu sentido de condições, necessidades e vantagens terrenas, intramundanas, mas da imitação de Cristo e do futuro definitivo e absoluto como o espera a fé.

Apesar disso esses ideais têm uma relação inegável para com os problemas inteiramente novos que enfrentamos e que nos tornam tão perplexos. Se de fato existem os limites do crescimento, os cristãos deveriam mostrar a ampliação das

possibilidades dos homens, fazer ver o que é possível e aceitável, sem por isso perder o caráter humano dessas possibilidades. Devem levar os seus contemporâneos à pergunta: Como é que os cristãos conseguem isso? Voltaria a ser possível o conhecimento de que o cristianismo não **anuncia** atitudes que podem ser praticadas, mas também as **torna** praticáveis. Com efeito, a salvação que a Igreja, segundo a sua convicção, deve anunciar por ordem de Deus não só consiste em doutrina, que pode ser apreendida na fé, mas também numa vida nova, mediada pelos sacramentos.

Essa nova vida não só é promessa para o futuro definitivo, mas também energia interna aqui e agora, energia que liberta, i. é, nos torna capazes de fazermos coisas que estamos muito inclinados a recusar como inaceitáveis ou a sentir como exigências absolutamente desmedidas, mas que de outro lado são necessárias, para dominarmos o futuro, para tornarmos a vida possível e digna de ser vivida não só para a geração presente mas também para as futuras ou para realizarmos os apelos morais, que tantas vezes permanecem ineficazes e nunca podem ser impostos, cuja realização entretanto é indispensável para que também as providências maciças, técnicas e políticas não fiquem, em última análise, ineficazes ou se tornem desumanas.